



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
ASSESSORIA TÉCNICA

A MESA		
Rodrigo - Sr. Lúcio -		
SE do PL-597/17.		
09	1	18
Cauê Macris		Presidente

OFÍCIO N° 323/2018/ATeCC

Ref.: CC n° 12.865.99/2018

São Paulo, 08 de maio de 2018.

A Sua Excelência

Deputado Cauê Macris

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Por determinação superior, em atenção ao **Ofício SGP n° 2280/2017**, referente ao **Projeto de lei n° 597/2017**, que classifica **Oridiúva** como município de interesse turístico, sirvo-me do presente para encaminhar-lhe o parecer exarado pelo Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico, bem como do despacho firmado pelo Titular da Secretaria de Turismo.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


JULIANA OGAWA

Assessora Chefe

Assessoria Técnica da Casa Civil

ENTREGUE À MESA EM:

018095
- 9 MAI 14 30 22



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO
Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico - GT MIT

GRUPO TÉCNICO DE ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO
PROJETO DE LEI Nº 597, de 2017
OBJETO: Classifica Orindiúva como Município de Interesse Turístico

São Paulo, 26 de abril de 2018

PARECER GT MIT Nº 54/2018

O Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico - GT MIT, designado pela Resolução ST 30 de 4 de dezembro de 2017 realizou análise da documentação do município de **Orindiúva**. Com referência ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 4º da Lei Complementar 1.261/2015, conforme especificado no ofício da Comissão de Constituição e Justiça, seguem as seguintes informações:

I - Potencial Turístico

Foi realizada pesquisa de demanda turística pela prefeitura em contrato com a empresa MP Leal com 190 questionários aplicados em novembro de 2016, apresentando os seguintes resultados: 22% dos turistas tem como motivação de viagem o descanso, 98% utilizam veículo próprio na viagem e 68% se hospedam em pousadas. Entretanto não foram informados os locais de aplicação e percebeu-se que a pesca não aparece como motivação da viagem todavia foi indicado como o atrativo que visitou por 41% dos entrevistados. **Atendeu parcialmente ao requisito.**

II - Serviço Médico Emergencial

Informou 1 (uma) Unidade Básica de Saúde, entretanto, não há declaração sobre atendimento emergencial 24 horas no município, sendo que uma declaração encontra-se ilegível. **Não atendeu ao requisito.**

III - Equipamentos e Serviços Turísticos

Meios de hospedagem – Informou a existência de 7 (sete) estabelecimentos de hospedagem com 109 (cento e nove) Unidades Habitacionais - UH's e 286 (duzentos e oitenta e seis) leitos, com capacidade aceitável. **Atendeu ao requisito.**

Serviços de Alimentação – Informou a existência de 8 (oito) estabelecimentos, com capacidade e qualidade restritas. **Atendeu ao requisito.**

Serviço de Informação Turística – Informou a existência de 2 (dois) Postos de Informações Turísticas, um localizado na Prefeitura e outro na Marina Pintado, entretanto, não foi informado os seus dias e horários de funcionamento e não há informações sobre atrativos e estabelecimentos de hospedagem e alimentação no site da prefeitura. **Não atendeu ao requisito;**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE TURISMO
Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico - GT MIT

IV - Infraestrutura Básica

Atende ao requisito, apresentando índice de 99,82% dos domicílios atendidos em abastecimento de água e 99,39% no que se refere à coleta de resíduos sólidos;

V - Atrativos Turísticos

Apesar de ter apresentados os seguintes atrativos: Cachoeira Pau Seco, Corredeira do Talhadão, Praião, Fazenda do Bundinha, Rio Grande e alguns pesqueiros, entretanto, os mesmos, **não foram considerados expressivos atrativos turísticos**. Dessa forma o GTMIT considerou que **não atendeu ao requisito**.

VI - Plano Diretor de Turismo

A lei 1390/2017 não institui o PDT, apenas orienta sua criação. Ela apenas institui o FUMTUR - fundo municipal de turismo. **Não atendeu ao requisito**.

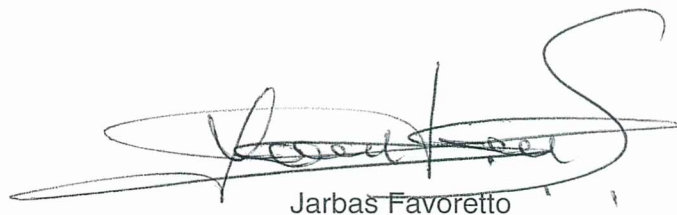
VII - Conselho Municipal de Turismo

Constituído pela Lei nº 1359/2016, entretanto, a referida lei apresenta dispositivos em desconformidade com o disposto na lei complementar nº 1261/2015 e não dispõe sobre sua composição e as atas apresentadas são ilegíveis. **Não atendeu ao requisito**.

Diante de todo o exposto, que indica que o município de **Orindiúva** não cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 1261/2015, o **GT MIT manifesta-se contrário à aprovação do PL 597/2017**, destacando, especialmente, a ausência de **expressivos atrativos turísticos** que inviabiliza a classificação do município como de Interesse Turístico.

Cleyde Dini

Éder Rafael dos
Santos




Jarbas Favoretto

Lamara Amiranda



Vanilson Fickert



Virgílio N. S.
Carvalho



Waldirene Ricanello

Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO TURISMO
GABINETE

Folha de Informação
Rubricada sob nº

06

Do
Expediente

Número
1286599

Ano
2017

Rubrica
JSB

INTERESSADO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DA CIDADE DE ORIDIÚVA COMO
MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO. SOLICITA.

À Assessoria Técnica da Casa Civil
Sra. Juliana Ogawa - Assessora Chefe

Em atendimento a solicitação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo referente ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nos Incisos I, II, III e IV do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.261 de 29 de abril de 2015, encaminho o Parecer Técnico GTMIT nº 54/2018, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico - GT MIT, referente ao município de Oridiúva (PL nº 597/2017).

Na oportunidade, reitero protestos de elevada consideração e apreço.

São Paulo, 27 de abril de 2018.

NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO
Assessora Técnica de Gabinete IV
respondendo pela Secretaria de Turismo